

# CONTRA OS REDUCIONISMOS, POR UMA HISTÓRIA NOVA

Gervácio Batista Aranha\*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a obra de um dos principais historiadores do século XX, o francês Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos Annales. Trata-se de demonstrar suas contribuições para a renovação da história em sua época, renovação que se expressa na forma de uma crítica aos reducionismos das práticas historiográficas então em vigor.

Se é um fato que sua obra continua sendo uma importante fonte de inspiração para os que hoje exercem o ofício de historiador, também é um fato que ela já não atende a inúmeras indagações dos atuais profissionais da história. Acontece que a idéia de história renovada, quando relacionada a este autor, é uma questão que é filha do seu tempo. Isto tem a ver com um verdadeiro “acerto de contas” por ele realizado para com a historiografia predominante em sua época. Refletindo sobre o referido “acerto de contas”, e operando metodologicamente com a idéia de amostragem, procuro dar conta das contribuições de uma obra de história que se revela um **marco** no momento em que veio à tona.

São inúmeros os elementos que indicam o quanto Bloch contribuiu para a renovação da história em sua trajetória acadêmica, especialmente entre os anos 1924-1944, momento em que produziu o básico de sua obra. Assim, a contribuição de Bloch poderia ser atacada sob vários ângulos. Essa questão poderia ser abordada, por exemplo, sob o ponto de vista de sua contribuição em torno das propostas de interdisciplinaridade entre a história e as demais ciências sociais, como a que aproxima história e sociologia<sup>78</sup> ou história e psicologia. O reconhecimento de sua contribuição para o

---

\* O autor é prof. da UFPB e doutorando em história na UNICAMP.

<sup>78</sup> É visível o “namoro” de Bloch com a sociologia, em particular com o **modelo sociológico durkheimiano**. Todavia, ele não se aproxima deste modelo sem reservas. Se por um lado ele retém deste modelo analítico a “*vontade de uma maior eficácia intelectual*”, isto é, o rigor metodológico com que Durkheim dissecava as questões de que se ocupava, por outro lado, ele rejeita o “*esquematismo*” ou a tendência à abstração das teorias durkheimianas, porquanto, para ele (esta idéia também é válida para Lucien Febvre), é um fato que a história se “*faz em nome do concreto*”, exigindo, por assim dizer, processos datados. Cf. REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, pp. 24-25.

desenvolvimento da psicologia histórica ou psico-história, por exemplo, tornou-se lugar-comum em inúmeras reflexões que procuram avaliar a sua obra. E não poderia ser de outra forma, pois essa contribuição é visível, para não dizer fecunda.

O tema da renovação da história, em Bloch, também poderia ser abordado sob o ponto de vista de sua contribuição ao **método comparativo**. Há que se reconhecer, inclusive, que ele foi um mestre do **comparatismo** no seu tempo. Em **Os Reis Taumaturgos**, por exemplo, ele leva a efeito um estudo fecundo de comparação histórica. As comparações e contrastes entre França e Inglaterra, neste livro, são de fato esclarecedoras<sup>79</sup>. Eu diria que ele é sensível ao que há de convergente ou semelhante nas duas experiências. Mas com certeza é ainda mais sensível aos pontos dessemelhantes, uma vez que sua preocupação básica, ao se valer do **comparatismo**, é a busca do diferente.

Na obra **A Sociedade Feudal** não faz por menos, haja vista que chega ao ponto de estabelecer interessantes níveis de comparação entre o feudalismo no Ocidente - seu objeto privilegiado de pesquisa - e o feudalismo no Japão, mostrando suas semelhanças e dessemelhanças<sup>80</sup>. Não obstante a comparação, neste caso, esteja a “serviço” de sua tentativa de recortar a “*feudalidade como um tipo social*”<sup>81</sup>, ou seja, não obstante a comparação sirva, no caso em apreço, para definir contornos precisos - num exemplo claro de **tipificação** - relativamente à feudalidade européia, não deixa de ser interessante sua reflexão acerca das duas experiências feudais.

O tema poderia ser abordado ainda na perspectiva de sua contribuição à idéia de uma história antropológica, nos momentos que antecedem à institucionalização dos Annales, tal como percebemos no hoje consagrado **Os Reis Taumaturgos**, publicado originalmente em 1924. No prefácio que escreveu para este livro, Jacques Le Goff mostra que o autor quiz fazer uma história do “milagre” régio - relacionado a certo de poder de cura atribuído aos reis de França e Inglaterra - e da crença nesse “milagre”, valendo-se, para o estudo deste último aspecto, de Frazer, seu “*principal guia em antropologia*”.

---

<sup>79</sup> Cf. BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991, p. 35.

<sup>80</sup> Cf. Idem, p. 37.

<sup>81</sup> Há quem alegue que a preocupação de Bloch em caracterizar o feudalismo enquanto um “*tipo social*” não deixa dúvida quanto à influência de Durkheim em sua obra, haja vista as preocupações deste último, dentre outras coisas, com as **tipologias**. Cf. BURKE, Peter. Op. Cit., p. 37.

Assim, a grande inovação de Marc Bloch, em **Os Reis Taumaturgos**, é ter-se tornado antrópologo, sendo considerado o pai da antropologia histórica hoje em voga<sup>82</sup>.

A questão de que trata o primeiro item tem a ver com as reflexões de Bloch em torno de uma concepção de história que se caracteriza por um profundo traço **humanístico**, traço que está a impregnar todos os aspectos concernentes à prática historiográfica e que exigem atenção especial por parte dos que exercem o ofício de historiador. Essas reflexões estão presentes no livro **Apologie pour l'Histoire** ou **Métier d'Historien**, traduzido no Brasil com o título de **Introdução à História**.

Este pequeno livro, bastante conhecido entre os profissionais da história no Brasil, ainda que pouco estudado, tem contribuições fundamentais para os iniciados no ofício de historiador. Até porque, o livro é uma pequena síntese de toda a experiência acumulada por um dos maiores historiadores deste século, estando aí registradas suas impressões em torno do ofício a que se dedicou com afinco.

Em sua opção pelo **humano**, percebe-se a tentativa do autor em problematizar (leia-se politizar) o papel desempenhado pela história. Embora não faça referências explícitas a respeito, este é um dos aspectos que mais chama a atenção no texto de Bloch.

No que se refere ao segundo item, a abordagem diz respeito à constatação de que a concepção de história desenvolvida por Bloch encerra a idéia de "*homem total*". Trata-se de perceber que o conceito de homem, para este autor, é infinitamente mais rico que o de consagradas correntes historiográficas à época em que produziu sua obra, seja porque vai muito além do conceito de homem que realizava os grandes feitos militares - essas "*guerras rendilhadas*" mencionadas por certos historiadores -, diplomáticos ou outros, próprios da historiografia praticada pelos grandes mestres da erudição documental, seja por ultrapassar sobremodo o "*homo economicus*", próprio da historiografia desenvolvida pelos que se vinculam à tradição marxista.

Quanto à idéia de recorrer ao livro **A Sociedade Feudal** para fazer uma amostragem do tema em questão, isto está relacionado ao fato de que este livro é um grande livro de síntese. Além de ser um livro de **chegada**, no sentido de que o autor já havia alcançado

---

<sup>82</sup> GOFF, Jacques Le. "Prefácio". In BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 16 e segs.

maturidade intelectual para escrever um grande livro, ele é também um livro que se presta, mais que qualquer outro do autor, ao objetivo aqui traçado, abordar a idéia de “*homem total*”.

Uma observação pertinente sobre **A Sociedade Feudal** é a de que esta obra é produto do seu tempo. Não obstante seja uma obra magistral, ela é magistral pela revolução que causou à época em que veio à tona (1940). Ocorre que os recursos à disposição do autor eram escassos, a bibliografia sobre o tema era relativamente reduzida e, no entanto, ele produziu um significativo painel das sociedades européias medievais. Se é certo que, transcorridos mais de meio século após sua publicação, ela está superada, no que se refere a inúmeros de seus enfoques, não é menos certo, porém, que ela é uma obra que tem fôlego para continuar despertando o interesse da atual geração de historiadores e talvez continue a despertar o interesse até mesmo das gerações futuras.

Uma última consideração a fazer é que este estudo vem de encontro à idéia de valorização de textos clássicos, uma idéia que tem tomado corpo no âmbito da academia e que tem dado bons frutos, com a ressalva de que tal valorização só tem sentido quando o texto avaliado é devidamente contextualizado, resgatando-se as condições de sua produção no momento em que veio à tona e a importância que assumiu à época, não esquecendo de assegurar o que o mantém vivo no presente.

## 1. O HOMEM (SUJEITO DA AÇÃO) EM “MÉTIER D’HISTORIEN”: PERSPECTIVAS DE ALARGAMENTO CONCEITUAL.

Já na introdução a esta obra o autor deixa claro, logo nas primeiras páginas, a sua opção por uma história cuja razão de ser são os homens. Se é certo que a história “*tem prazeres estéticos que lhe são próprios, que não se assemelham as de nenhuma outra disciplina [...]*”, isto ocorre porque o “*espetáculo das atividades humanas, seu objecto particular, é, acima de qualquer outro, de natureza a seduzir a imaginação dos homens*”<sup>83</sup>. Ao mesmo tempo em que valoriza a história, o autor não deixa margem à dúvida: a história seduz a imaginação dos homens porque seu objeto particular é o “*espetáculo das atividades humanas*”.

---

<sup>83</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio. 4 ed., Lisboa: Europa-América, s/d, p. 14.

Vemos, assim, que os termos remetem à idéia de ação coletiva. As atividades humanas ou, o que dá no mesmo, as ações dos homens é que são o objeto do historiador. E mesmo quando fala no singular, fala no homem enquanto gênero e não no homem enquanto indivíduo isolado. Por outro lado, quando fala no homem enquanto gênero não é com o sentido de homem abstrato. Ao contrário, sua preocupação é exatamente com o homem enquanto sujeito da história, que não está fora da história ou com o homem enquanto protagonista inserido em processos datados.

Outro traço que denota uma opção pelo **humano** pode ser encontrado na reflexão de Bloch acerca da **utilidade** da história. Ele mostra que uma ciência que não for capaz, de nos ajudar a viver melhor, é uma ciência incompleta.

*Como não há de ser, em particular, muito forte tal sentimento em relação à história, se esta se afigura tanto mais claramente destinada a trabalhar para o proveito do homem quanto é certo ter o próprio homem e seus actos por matéria<sup>84</sup>.*

Mas há uma ressalva a ser feita, a de que o problema da **utilidade** da história não deve se confundir com o de sua “*legitimidade intelectual*”. É que **utilidade**, na acepção precisa do termo, tem a ver com os meios que a história propicia para a ação - do tipo que pode levar a melhorar suas condições de vida - e, por essa razão, não deve ser confundida com o problema da “*legitimidade intelectual*”, isto é, com o problema da compreensão. Aliás, a **utilidade** da história enquanto instrumento para a **ação humana** não tem sentido sem que antes ela se legitime enquanto um “*meio de compreensão*”. Bloch esclarece: “*Não é verdade que para agir avisadamente é necessário, primeiro, compreender*”?<sup>85</sup>

O sentido inscrito na opção que Bloch faz pelo **humano** encerra um componente que podemos considerar **político**. É que, se por um lado, ele atribui à história um papel determinante enquanto um meio de compreensão das atividades humanas, por outro lado, esse conhecimento pode proporcionar os meios para um novo agir humano. O componente **político** reside, pois, na idéia de que a história pode

---

<sup>84</sup> Idem, pp. 16-17.

<sup>85</sup> Cf. Idem, p. 17.

interferir na condução das ações humanas, o que equivale a dizer que a história pode se colocar a **serviço** do homem, agindo em seu **proveito**.

Em sua definição do que vem a ser história, Bloch começa discordando dos que afirmam que a história é a ciência do passado. Para ele, a idéia de se tomar como objeto de estudo o passado enquanto tal é uma idéia absurda<sup>86</sup>. É como se ele pretendesse questionar essa “*idéia absurda*” com uma pergunta do tipo: **para que serve estudar um passado morto?**

Esse questionamento é importante porque remete diretamente à reflexão de Bloch em torno da relação presente-passado ou, invertendo os termos, passado-presente. Assim, o estudo do passado só tem razão de ser em sua relação com o presente. “[...] *A ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria acção*”<sup>87</sup>. Percebe-se, aqui, mais um indício da tentativa de Bloch em **politizar** o papel da história enquanto um saber capaz de interferir em “*proveito do homem*”.

E essa interferência, na perspectiva aqui analisada, é um caminho de mão dupla. Em primeiro lugar, à medida que o historiador recorta um acontecimento passado ou acontecimentos passados, esse recorte carrega as marcas do seu presente, ou seja, as perguntas que ele faz ao passado são uma escolha que reflete os problemas que o envolvem em sua vida cotidiana, como por exemplo, o drama de vivenciar as consequências de um conflito bélico ou quaisquer outros tipos de problemas, isto para não falar dos valores que estão a impregnar a sociedade na qual está inserido. Em segundo lugar, se cada vez que se revolve o passado este adquire um significado diferente do que existira até então, ou seja, se cada vez que se revolve o passado ele adquire cores, tons ou matizes novos, o próprio presente tende a deixar de ser o mesmo, a partir dessa apropriação do passado. “*A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado*”<sup>88</sup>.

Esclarecendo melhor essas questões, temos:

*Em boa verdade, consciente ou não, é sempre às nossas experiências quotidianas que, em última análise, vamos buscar, dando-lhes, onde for necessário, os matizes de novas tintas, os elementos que nos servem para a reconstituição*

---

<sup>86</sup> Cf. Idem, pp. 25-26.

<sup>87</sup> Cf. Idem, p. 40

<sup>88</sup> Cf. Idem, p. 42.

*do passado: as próprias palavras de que nos servimos para caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais estioladas, que sentido teriam para nós se não tivéssemos visto primeiro viver os homens*<sup>89</sup>.

Ao meu ver, não poderia haver maior clareza quanto à idéia de que o saber histórico, nos termos pensados por Bloch, é um **saber politizado**. E por que **politizado**? Porque não há nenhuma “inocência” nessa viagem ao passado. O historiador faz essa viagem a partir de questionamentos que o presente lhe coloca.

Assim definido, o saber histórico adquire um significado bem diferente do que se fazia presente nas postulações dos que então se filiavam, por exemplo, à erudição. Dessa forma, nem todos os que se relacionam com esse campo do saber mereceriam ser chamados historiadores.

*[...] O erudito que não tenha o gosto de olhar à volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, merece talvez, como dizia Pirenne, que lhe chamem um prestimoso antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador*<sup>90</sup>.

Quer dizer, o erudito pode até ser um ótimo “antiquário” mas jamais um historiador na verdadeira acepção da palavra. Este só pode ser considerado enquanto tal, quando inserido no seu tempo ou quando envolvido com as questões que o seu tempo lhe coloca. É que antes de voltar-se para o passado faz-se necessário que ele olhe à sua própria volta, que ele olhe as coisas e os acontecimentos, que seja conhecedor dos homens. Uma vez engajado no seu mundo presente, aí sim, ele está apto a entender o momento do outro e, uma uma vez isto acontecendo, ele se credencia a conhecer melhor o seu próprio mundo presente, tornando a história um meio popício à ação humana.

De modo que há um traço profundamente **humanístico** na concepção de história em Bloch. Até porque, ele dá a entender que há história para tudo que é gosto. Há por exemplo, uma história do sistema solar ou uma história das erupções vulcânicas que, enquanto d’**Historien** revela-se emblemático:

---

<sup>89</sup> Idem, pp. 43-44.

<sup>90</sup> Idem, p. 44.

*Que aconteceu todas as vezes que houve que fazer-se imperioso apelo à intervenção da história? Surgiu o que era humano. “[...] Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exactamente os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e no melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça”<sup>91</sup>.*

Assim, para Bloch, a história não se define só por esse traço **humanístico**. Pensar apenas o humano não basta. Faz-se necessário pensar o humano em sua correlação com o tempo. Daí a frase por ele cunhada e que tornou-se famosa, a de que a história é a “*ciência dos homens no tempo*”<sup>92</sup>. Em outras palavras, um traço característico da história é a preocupação com o problema da transformação, isto a partir de sua apreensão através de processos datados. Enquanto para algumas ciências o tempo não passa de uma medida, para a história o tempo conta e conta muito:

*Realidade concreta e viva volvida à irreversibilidade do seu impulso, o tempo da história é, ao contrário, o próprio plasma em que banham os fenómenos, e como que o lugar de sua inteligibilidade*<sup>93</sup>.

Se para o físico, segundo Bloch, pouco importa se essa ou aquela metamorfose ocorreu há um milênio, ontem ou hoje, para o historiador, ao contrário, é fundamental ter em conta o tempo cronológico em que ocorrem as mudanças históricas. As duas coisas andam juntas. Daí a idéia de mudança no tempo. O exemplo é esclarecedor:

*[...] Sem negar de maneira alguma o que possa ter havido de eterno numa crise de alma do irmão Martinho, o historiador só julgará tê-la*

---

<sup>91</sup> Idem, p. 28.

<sup>92</sup> Cf. idem, p. 29.

<sup>93</sup> Idem, pp. 29-30.

*apreciado devidamente depois de lhe ter fixado com precisão o momento na curva dos destinos tanto do homem que foi o herói de tal crise de alma como da civilização que ela teve por clima.*<sup>94</sup>

Outra idéia que pode ser explorada em relação à concepção de tempo histórico, em Bloch, é a de que o tempo é por natureza “contínuo” e também “perpétua mudança”. É dessa antítese, segundo o autor, que se originam os grandes problemas da investigação histórica. É certo que há uma “*corrente ininterrupta das idades*” que é preciso considerar; porém, não é menos certo que o historiador opera, no interior dessa corrente, com recortes temporais ou com períodos bem delimitados<sup>95</sup>.

Esses recortes temporais delimitados indicam que o tempo histórico, para Bloch, não é um tempo abstrato. Ao contrário, ele é vivência, experiência. E o tempo enquanto vivência não é outra coisa senão o **momento humano**, o tempo do homem, ou, porque não dizer, o próprio homem em ação, isto é, o próprio homem no momento em que tece a história.

## 2. O CONCEITO DE “HOMEM TOTAL” EM A SOCIEDADE FEUDAL: O ESTUDO DE TODO O “MEIO HUMANO”.

Talvez uma das principais contribuições de **A Sociedade Feudal** para a renovação da historiografia, no momento em que foi publicado e até nas décadas seguintes, foi o de deitar por terra, uma a uma, todas as visões produzidas sobre o feudalismo por uma certa tradição histórica e que chegavam aos bancos escolares através dos manuais didáticos. Acredito que não seria difícil, embora pudesse ser cansativo, rastrear as centenas de páginas que compõem essas obras para verificar esta revisão feita por Bloch.

Bloch chama a atenção, em certo trecho, para uma questão metodológica que indica sua opção por uma história centrada no conceito de “*homem total*”.

*A ossatura das instituições que regem uma sociedade, em última análise, só poderia explicar-se pelo conhecimento de todo o meio humano. Pois, a ficção de trabalho que nos leva a*

---

<sup>94</sup> Idem, p. 30.

<sup>95</sup> Idem.

*recortar num ser de carne e de sangue estes fantasmas: homo economicus, philosophicus, juridicus é, sem dúvida, necessária, mas suportável se recursarmos deixar-nos enganar por ela*<sup>96</sup>.

A opção pelo homem e particularmente pelo “homem total”, esse ente da história feito de “carne e de sangue”, não poderia ser mais clara. Daí a expressão “ficção de trabalho”. Por que recortar, por exemplo, o “homo economicus” do homem enquanto ser total? Por que deixarmo-nos enganar, por esta “ficção de trabalho” se podemos explicar todo o “meio humano”?

É certo que Bloch não nega essas particularidades, ou seja, é certo que ele não nega o “homo economicus”, o “homo philosophicus” ou “homo juridicus”. Mas vê com preocupação quando se toma o todo por uma dessas partes. Ele assegura, então, que não tem a pretensão de postular qualquer “primazia” para uma dessas “ordens de fatos”, haja vista que, se assim procedesse, estaria postulando uma “ilusória primazia”. Em todo caso, faz uma ressalva. Segundo ele, todos os “inquéritos”, isto é, todas as “cadeias de fenômenos” têm seu próprio eixo<sup>97</sup>.

A opção de Bloch em estudar todo o “meio humano”, para usar uma linguagem que é sua, adquire sentido ao constataremos a forma como ele estruturou o texto. A obra subdivide-se em tomos, que subdivide-se em partes, que subdivide-se em livros, que subdivide-se em capítulos, que subdivide-se em itens. No conjunto, o autor traça um amplo painel das sociedades feudais - assim mesmo, no plural -, abrangendo aproximadamente quatro séculos de sua história (de meados do século IX às primeiras décadas do século XIII). Acredito que não seria demais dizer que, no conjunto, o livro apresenta uma visão caleidoscópica de todo o “meio humano” feudal relativamente ao período mencionado.

Dentre os temas abordados no mencionado livro, registro, a título de exemplo, a abordagem do autor sobre um deles: as trocas. Percebe-se, aqui, uma renovação historiográfica. Trata-se da idéia de que a Europa feudal, já na sua “primeira idade”, manteve várias correntes de comércio com as civilizações circundantes (bem diferente do que era ensinado nos manuais didáticos). A principal corrente foi

---

<sup>96</sup> BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Tradução de Liz Silva. 2 ed., Lisboa: Edições 70, s/d, p. 76.

<sup>97</sup> Cf. Idem.

com a Espanha muçulmana. Outra foi com o Oriente, especialmente através do mar Adriático. Também houve uma corrente através da Baviera até o grande mercado de Praga, cujas caravanas que a faziam ainda seguiam até o Dnieper, daí retornando com mercadorias de Constantinopla ou da Ásia. O autor também questiona, dentre outras coisas, as velhas teses de que a economia feudal, nos seus primórdios, era uma “*economia natural*” ou “*economia fechada*”<sup>98</sup>.

Mas é interessante observar que, no mencionado capítulo sobre a economia feudal, o autor abre um parêntese para enfatizar o papel da arte medieval, em particular da que se desenvolveu a partir do século XI. Ele esclarece que o admirável florescimento artístico da era feudal, é importante porque além de permanecer como a “*glória mais duradoura*” aos olhos da posteridade, ele também serviu como linguagem para as “*altas formas da sensibilidade religiosa*” e como “*refúgio dos valores*” que não poderiam manifestar-se em outros lugares. Esse florescimento artístico estaria representado sobretudo na arquitetura e na decoração das igrejas<sup>99</sup>.

Em sua ênfase no papel da arte medieval, Bloch deixa transparecer que a linguagem plástica diz coisas que a epopéia não consegue nos transmitir, o mesmo ocorrendo com os documentos elaborados pelos notários de então. Porém, lamenta o pouco conhecimento sobre a “*expressão plástica*” do medievo e reconhece que ele próprio, pela complexidade da questão, não irá enfrentá-la<sup>100</sup>.

Se o primeiro capítulo da mencionada subdivisão trata da economia feudal, o segundo capítulo recorta aspectos relacionados à mentalidade. O próprio título sugere traços dessa mentalidade: **Maneiras de Sentir e Pensar**, no contexto do qual o autor trata de temas como (I) **O Homem Perante a Natureza e a Duração**, (II) **A Expressão**, (III) **Cultura e Classes Sociais** e (IV) **A Mentalidade Religiosa**. Em função das dimensões do capítulo, recortarei, a título de exemplo, apenas um desses temas, **O Homem Perante a Natureza e a Duração**, e ainda assim com ênfase tão-somente nesta última variável, o homem perante a duração.

Refletindo a respeito, Bloch mostra que os homens do período feudal não tinham controle sobre o decorrer do tempo e também não sabiam medi-lo muito bem. Os relógios de água, além de existirem em pequeno número, eram dispendiosos e enormes. Quanto aos relógios

---

<sup>98</sup> Cf. Idem, pp. 83-84.

<sup>99</sup> Cf. Idem, pp. 76-77.

<sup>100</sup> Cf. Idem, p. 77.

de sol, sua dificuldade era nos dias nublados. Só no século XIV teria ocorrido um aperfeiçoamento na medição do tempo, com a criação do relógio mecânico<sup>101</sup>.

Com isto, eram enormes as dificuldades para os homens do período feudal se orientarem quanto ao tempo. O autor cita uma anedota: haveria um duelo numa hora “x”. Mas como um dos contendores não apareceu, veio a dúvida: já teria passado a hora marcada? Eis a solução: consultar uma verdadeira assembléia para decidir sobre o fato.

*Como esta sociedade [que ainda consultava a posição do sol], em que um tribunal tinha de discutir e inquirir para saber qual era o momento do dia, nos parece longe de nossa civilização [a dele, Bloch] habituada a viver com os olhos constantemente fixos no relógio<sup>102</sup>.*

Num outro exemplo, Bloch mostra que em 1284 “foi preciso fazer um inquérito para determinar, mal ou bem, a idade de uma das maiores herdeiras do reino do Capetos, a jovem condessa de Champagne”<sup>103</sup>. Também mostra que numerosos documentos de época não tinham qualquer menção cronológica, isto para não falar da pouca preocupação dos homens do medievo para com o número. Mesmo que já tivesse os seus matemáticos, os erros estatísticos eram espantosos<sup>104</sup>.

Sem querer argumentar sobre o caráter dessa análise, questionando se ela estaria ou não superada, ou ainda sem querer discutir uma certa visão **estereotipada** de Bloch, enquanto um homem do século XX que às vezes tende a ver o outro a partir da visão de seu próprio tempo, não há dúvida quanto ao fato de que ele trata de temas que não aparecem nas abordagens da historiografia à sua época. Aqui não há nenhuma das “rendilhadas guerras” do tipo que eram descritas pelos eruditos, assim como não há só o “*homo economicus*” de uma historiografia que centrava sua análise no modo de produção.

Caso pretendesse argumentar sobre os demais temas do capítulo intitulado **Maneiras de Sentir e Pensar**, já mencionado, sei que chegaria a conclusões idênticas porque não pode haver discussão mais rica do que a que é levada a efeito por Bloch, no tempo em que

---

<sup>101</sup> Cf. idem, pp. 91-92.

<sup>102</sup> Idem, p. 92.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Cf. Idem, pp. 92-93.

publicou **A Sociedade Feudal**, sobre questões relacionadas à língua, presente no tema intitulado **A Expressão**. Aqui o autor chama a atenção, dentre inúmeros outros argumentos, para o fato de que os “*modos de expressão*” variavam em todas as sociedades feudais, “*por vezes muito sensivelmente, segundo o emprego que deles se pretende fazer ou conforme as classes*”<sup>105</sup>. Ademais, enquanto os idiomas usuais eram do “*grupo germânico*” (portanto, diferente da “*língua de cultura*”, o latim), os próprios “*falares românicos*” se afastaram bastante do “*tronco comum*”, isto é, do latim clássico. Dessa forma, de um lado, a “*imensa maioria dos iletrados, confinados, cada um no seu dialeto regional(...). Do outro lado, o pequeno punhado de gente instruída(...)*”<sup>106</sup>.

Também não pode haver discussão mais rica do que a que é levada a efeito por Bloch, quando da publicação da citada obra, acerca das questões presentes no tema intitulado **A Mentalidade Religiosa**. Bastaria explorar, a respeito, seu argumento sobre o “*milenarismo*”. O fato de que o mundo feudal era fortemente marcado pela representação cristã da “*catástrofe final*”, tal representação também teria marcado as consciências. Todos meditavam a respeito. Todos imaginavam (os clérigos e os leigos) que estava próximo o dia do “*juízo final*”. A “*catástrofe*” era iminente. Quando governava um mau príncipe, as ... “*almas piedosas julgavam ver a marca do Anti-Cristo, cujo reinado atroz precederá a chegada do reino de Deus*”<sup>107</sup>.

Mas Bloch mostra que o temor da “*catástrofe final*”, por volta do ano mil, não era uniforme. Quando se acalmava numa determinada região em função de não ter chegado o “*fatídico*” dia, eis que despontava em outra. Também mostra que o impulso para o temor podia ser dado por uma simples visão ou por uma tragédia da própria história. A destruição do “*santo sepulcro*”, em 1009, ou uma tempestade, poderiam ser encarados como o anúncio do “*fatídico*” dia<sup>108</sup>.

De modo que em **Maneiras de Sentir e Pensar** há uma argumentação que aponta na direção da renovação da história. Ao lado do historiador econômico, que se preocupa com o povoamento e as trocas nas sociedades feudais, vem se somar o historiador que perscruta toda a psicologia nas **maneiras de sentir e pensar** nessas

---

<sup>105</sup> Idem, p. 94.

<sup>106</sup> Idem, p. 95.

<sup>107</sup> Idem, p. 102.

<sup>108</sup> Cf. Idem, p. 103.

mesmas sociedades. Ou, dizendo de outro modo, que explora a mentalidade de uma época. Neste sentido, a história concebida nos termos de Bloch remete a uma perspectiva de totalidade histórica, encerrando, por assim dizer, uma crítica, nem sempre visível, às vertentes historiográficas do seu tempo.

E caso resolvesse explorar os três últimos capítulos do segundo livro da primeira parte do primeiro tomo, todos relacionados ao tema geral da atmosfera mental, não seriam diferentes as conclusões a que chegaria em comparação à análise do já mencionado capítulo **Maneiras de Sentir e Pensar**. Nesses três capítulos - **A Memória Coletiva, O Renascimento Intelectual na Segunda Idade Feudal e Os Fundamentos do Direito** -, o autor também mergulha fundo na tentativa de compreender a mentalidade (coletiva) de uma época.

Para não ir muito longe também neste caso, gostaria de mencionar um único exemplo, embora se revele emblemático desse mergulho de Bloch na mentalidade feudal. Refiro-me a um estudo relacionado ao tema da epopéia, desenvolvido por ele no interior do capítulo intitulado **A Memória Coletiva**. Dentre outras coisas, Bloch levanta, em certa parte do texto, dois problemas. Primeiro, ele interroga sobre as “vias” que teriam levado o conhecimento de um passado longínquo a ser transmitido aos poetas vários séculos depois. Segundo, ele interroga sobre o porquê dos dados exatos aparecerem desfigurados, ou seja, ele interroga sobre o porquê de partes dos poemas aparecerem como autênticos e partes como meras invenções.

Respondendo a esta última interrogação, Bloch mostra, em primeiro lugar, que as “gestas” épicas não eram destinadas à leitura mas, para serem declamadas, o que era feito por declamadores chamados “menestréis”, que saíam de castelo em castelo e de praça pública em praça pública a declamar esses poemas. Em segundo lugar, ele mostra que raramente o “trovador” era o criador de toda a narrativa e raramente o intérprete se abstinha de fazer algum “arranjo”. Em terceiro lugar, o público era muito variado e na sua maioria iletrado, cuja preocupação era menos com a “autenticidade dos fatos” do que com a mera diversão. Em quarto lugar, ele mostra que os “menestréis”, estando em condições de visitar os grandes senhores, o que faziam de tempos em tempos, mudavam a substância das narrativas para lhes agradar<sup>109</sup>.

---

<sup>109</sup> Cf. Idem, p. 112.

No que refere à interrogação sobre as “vias” que teriam levado o conhecimento de um passado longínquo a ser transmitido aos poetas vários séculos depois, Bloch aventa, num primeiro momento, várias possibilidades, mas todas lhes parece insuficientes. A hipótese que parece mais lhe agradar, dentre as inúmeras possibilidades em aberto, consiste no argumento de que o poeta, como acontece, por exemplo, na “*Canção de Rolando*” - um dos principais poemas épicos a que recorre o autor -, “na maior parte das vezes, não faz mais do que utilizar, segundo a sua arte, os temas cujo legado colectivo lhe foi transmitido pelas gerações”<sup>110</sup>.

De maneira que teria sido pela “tradição narrativa”, pelo gosto na sociedade no “ouvir contar”, que os acontecimentos desceram o “caminho do tempo”, sendo que os locais prediletos para esse contar e ouvir eram “*todos os lugares onde os caminhantes se encontravam: peregrinações e os recintos das feiras, as rotas de peregrinos e mercadores cuja recordação influenciou tantos poemas*”<sup>111</sup>. Assim, teriam sido os mercadores, os peregrinos e até os monges que transmitiram aos “menestréis” as matérias para a composição de seus poemas<sup>112</sup>.

Não bastasse a abordagem de aspectos relacionados à esfera mental, como o resgate da herança coletiva em termos de tradição narrativa, que teria fornecido a base para as “gestas” épicas, também ficamos conhecendo, nesta abordagem de Bloch sobre a epopéia, inúmeras formas de comportamento dos homens no cotidiano da Europa feudal.

Por tudo isto, reafirmo que o texto de Bloch contém, de fato, uma visão **caleidoscópica** das sociedades feudais ou uma visão que, uma vez associada à idéia de que em história devemos estudar todo o “**meio humano**”, resulta numa concepção totalizante em termos de estruturação dos processos sociais. Em sua abordagem, como vimos no início do item, não há lugar só para o “*homo economicus*”, assim como não há lugar só para o “*homo juridicus*” ou qualquer outro. Estudar todo o “*meio humano*”, é estudar o homem em toda a plenitude do seu ser em sociedade, evitando recortes que o confinem no interior de fenômenos particulares.

---

<sup>110</sup> Idem, p. 115.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Cf. Idem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Tradução de Liz Silva. 2 ed., Lisboa: Edições 70, s/d.

\_\_\_\_\_. **Introdução à História**. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio. 4 ed, Lisboa: Europa-América, s/d.

\_\_\_\_\_. **Os reis taumaturgos**. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). Tradução de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL, S.D.